

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

GESTÃO E GOVERNANÇA NA ERA VARGAS: OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ

Pio Barbosa Neto¹

Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior²

RESUMO

Investigamos a gestão e governança pública do governo Vargas no que se refere as políticas sociais adotadas por ele na região nordeste; antes de 1929, a economia mundial era marcada pelo liberalismo, com os Estados Unidos em plena expansão industrial, graças ao vasto território, recursos naturais e mão de obra européia, sem sofrer destruições na Primeira Guerra Mundial. Adotamos os conceitos de campos de concentração e currais do governo (Rios Kênia, 2007 e Neves Frederico, 1995 e 2008). Fundamentamos a metodologia de pesquisa em um Estudo de Caso nos municípios afetados. Desenvolvemos a investigação em duas etapas: na primeira - contexto histórico da economia pré-Vargas, usamos instrumentos qualitativos: estudo de caso coletivo e análise documental (Alves Valdecy, 2010, 2012 e 2015); na segunda - os efeitos da crise de 1929 para a economia brasileira, usamos uma análise descritiva. Com estes instrumentos, conseguimos imprimir maior rigor aos resultados que fortaleceram pressupostos teóricos adotados e poderão beneficiar gestores e novos pesquisadores. Vargas também ampliou e desenvolveu o controle estatal, tendo criado o Ministério do Trabalho, lançando as bases para o desenvolvimento econômico com a fundação do BNDES nos anos 1950.

Palavras-chave: Era Vargas; Políticas Públicas; Gestão e Governança; Campos de Concentração; Redução da pobreza; Desigualdade regional.

1 INTRODUÇÃO

O estadista Getúlio Vargas, que por duas vezes assumiu a presidência do Brasil, foi um personagem polêmico, capaz de formar exércitos de séquitos empenhados que aprovaram sem reservas seus ideais nacional-desenvolvimentistas e, por outro lado, de gerar uma legião de críticos que reprovariam suas ações

¹ Pio Barbosa Neto; Doutor em Ciências da Educação; piobarbosa@ymail.com

² Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior; Ph.D. em Gestão; marcos.matosbrito@gmail.com

argumentando que não passava de uma estratégia orquestrada para ludibriar os brasileiros em nome de estar a favor do capital internacional.

De maneira inusitada, incomum, a realidade dos Campos de Concentração disseminadas no mundo, foram parte do contexto, do cenário da nossa história no Ceará, mediante a criação de espaços de segregação e trabalho que isolaram seres indesejados e marginalizados antes mesmo que os nazistas levantassem seus muros.

No Ceará, a implantação dos Campos de Concentração, denominados de “currais do governo”, foram reações das autoridades locais executadas nas secas de 1915 e 1932, revelando de maneira fidedigna, o cenário e a conjuntura de nossa história que traz a reboque a nossa responsabilidade e o dever de memória que devemos revelar as gerações que desconhecaram os fatos acontecidos desde a origem da seca em 1877, para além da estiagem que deslocou milhares de retirantes para a Fortaleza.

A historiadora Kênia Sousa Rios, relata que somente no campo do município do Ipu, houve registros de mais de mil mortos entre 1932 e 1933. De acordo com informações da época, o campo chegou a abrigar 6.507 flagelados.

Dentro deste contexto, apresentamos o *Objetivo Geral* como meta mais ampla da pesquisa, visando assim, resumir a ideia central e a intenção precípua que se pretende alcançar neste trabalho, buscando investigar estes locais, conhecidos como “Currais do Governo”, durante as secas de 1915 e 1932, analisando o contexto histórico, político e social, e identificando as estratégias de controle populacional e as consequências para os retirantes cearenses, à luz da atuação governamental no período varguista.

Quanto aos *Objetivos Específicos*, pretende-se compreender os fundamentos teóricos e históricos visando analisar o papel do Estado Brasileiro, particularmente o governo de Getúlio Vargas, considerando as condições de vida e mortalidade nos campos de concentração, com foco em relatos históricos, estatísticos e fontes primárias, como jornais e documentos da época, especialmente a efetivação de espaço de extermínio e trabalhos forçados como estratégia de contenção social durante as secas.

No que diz respeito a justificativa desta pesquisa, esta fundamenta-se em razões de ordem teórica e prática.

Do ponto de vista teórico, o estudo se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre as políticas de desenvolvimento da era Vargas.

No campo prático, o trabalho se mostra relevante diante dos desafios contemporâneos de reavaliar políticas públicas para reduzir as desigualdades regionais.

Os campos de concentração no Ceará são uma peça fundamental para compreender como o governo brasileiro lidou com crises humanitárias internas, como as secas, e para reconhecer os paralelos com outras formas de confinamento em massa ocorridas ao redor do mundo, como na Alemanha nazista e nos Estados Unidos.

Revisitar essa memória histórica é essencial não só para a preservação da verdade e da memória social, mas também para refletir sobre as políticas de controle populacional e sua relação com as dinâmicas de poder, desigualdade social e desprezo pelos mais vulneráveis.

Desta forma, o estudo apresentado, visa resolver a lacuna de conhecimento ou compreensão buscando preencher as possíveis vantagens que ele pode proporcionar, demonstrando através deste raciocínio, que a pesquisa é possível, e pertinente ao objeto de estudo.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, com base em análise bibliográfica e documental, utilizando como fontes autores que se dedicaram a este tema, a leis, diretrizes e políticas públicas adotadas no período Vargas.

Quanto aos resultados esperados, o estudo pretende demonstrar que os campos de concentração criados no período da era Vargas servem de memorial de políticas públicas que mataram mais de setenta mil pessoas no estado do Ceará.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico apresentamos toda a base teórica do tema abordado neste artigo, demonstrando de forma objetiva os principais conceitos e elementos utilizados para fundamentar e subsidiar o presente estudo.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA PRÉ VARGAS

Até 1929 o mundo e suas economias dominantes como Inglaterra, França e Estados Unidos, se baseavam no liberalismo advindo das teorias iluministas de laissez-faire (deixar fazer) e seus entusiastas como Adam Smith e a sua conhecida “mão invisível”

“(...) o sistema óbvio e simples de liberdade natural se estabelece por si mesmo. Todo homem... fica perfeitamente livre para buscar seus próprios interesses, à sua própria maneira, e para concorrer, com seu esforço e seu capital, com o esforço e o capital de outros homens ou tipos de homem. O soberano fica completamente livre do... dever de supervisionar o esforço particular das pessoas de dirigi-lo para as finalidades mais adaptadas ao interesse da sociedade.” (SMITH, 2008,p.651).

A economia mundial passava por momentos de euforia e prosperidade, pautados principalmente pelo pleno desenvolvimento da economia norte-americana.

Os Estados Unidos, de território extenso e abundante em recursos naturais como o algodão, ferro, carvão e petróleo, receberam durante o final do século XVIII e início do século XIX, imigrantes de mão de obra especializada europeia, o que impulsionou a adaptação de máquinas e técnicas inglesas durante a Revolução Industrial e proporcionou o fortalecimento da indústria têxtil do país, e o desenvolvimento das indústrias siderúrgica e elétrica.

Além disso, apesar da importante participação na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos não sofreram destruições em seu território, muito pela entrada tardia no conflito (a oficialização da entrada americana se deu no dia 06 de abril de 1917, pouco mais de um ano antes do final do conflito).

No entanto a crise de 1929 interrompeu esta onda liberal que primava pela descentralização e livre regulamentação do Estado e mercados. O Brasil,era uma economia basicamente mono exportadora, altamente dependente de sua produção cafeeira, tendo sofrido com as consequências da crise.

2.2 O BNDES NO CONTEXTO DO GOVERNO DE VARGAS

Como demonstração da visão globalizante que Vargas detinha sobre a economia, é possível detectar a participação que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) teve na construção da história do Brasil desde sua fundação nos anos 50, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas 1951-1954).

Este banco marcou mudanças importantes na vida dos brasileiros e, assim, reforça seu compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em alinhamento com os desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea (BNDES, 2012).

Raras são as ocasiões em que se percebe nitidamente estar participando de um momento histórico, uma época de grandes transformações. Não foi à toa que a década de 50 ficou conhecida no Brasil como “Anos Dourados”. (...) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (que de início se chamava Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) surgiu naquela fase da história brasileira e se mostrou fundamental para realizar muito do que então se sonhava (BNDES, 2012)

Em 1950 por meio das eleições presidenciais, foi empossado pela segunda vez, Getúlio Vargas, agora por meio do voto que o levou a tomar posse em 31 de janeiro de 1951. Vargas deu continuidade ao debate iniciado durante o governo Dutra sobre as estratégias necessárias para garantir o desenvolvimento econômico. O então presidente propôs a intervenção Estatal para conduzir o crescimento econômico brasileiro, recorrendo ao capital estrangeiro. (BNDES, 2012).

O BNDES surgiu como instrumento importante tanto para elaborar análises de projetos bem como, para ser o braço do governo na implementação das políticas consideradas fundamentais à decolagem da industrialização. O Banco atuaria como órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Seu papel como fornecedor de recursos para projetos que demandavam financiamentos a longo prazo foi essencial, já que na época o sistema financeiro nacional operava apenas com empréstimos de curto prazo (duplicatas de sessenta dias).

As metas estabelecidas pelo BNDES no início de sua existência foram as seguintes: - obter US\$ 750 milhões junto ao BID; os fundos em moeda nacional vieram da instituição de um empréstimo compulsório de 15% sobre o Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas que durou mais de uma década; foram utilizados 4% dos depósitos da CEF e “3% da receita anual da Previdência (excluída a cota da União)” (ANOS, 2012, p. 4).

No período de 1939-53, o BNDES assinou um acordo de cooperação com a CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe com o intuito de auxiliar o Banco a obter e analisar dados macroeconômicos. O trabalho de pesquisa desses dados foi realizado por equipe técnica cedida pela CEPAL: “O Grupo Misto procedeu então ao levantamento de séries estatísticas do período, calculando índices de produção física, renda, consumo, inversões, transações com o exterior, produção agrícola, comércio de cabotagem entre outros” (BNDES, 2012).

2.3 EFEITOS DA CRISE DE 1929 PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Segundo VALLONE Giuliana (2009), a Crise de 1929, atingiu a economia e mudou a ordem política no Brasil, o crescimento da exportação brasileira do café, foi notado a partir de 1816, porém na década de 1830 o produto chegou a liderança das exportações do país, correspondendo a mais de 40% do total e, em 1840, o país sagrou-se como maior produtor mundial de café.

A década de 1870 ficou conhecida como o período em que o produto representou mais da metade das exportações, alcançando o patamar de 56%, quando deu-se o início do período áureo denominado “Ciclo do Café” que perdurou até 1930.

Ao final do século XIX, o café representava 65% do índice total das exportações brasileiras que alcançaram a cifra de 70% na década de 1920.

Entretanto, o crack da Bolsa de Nova York (1929) forçou a queda brusca no preço internacional do café (que caiu, em 1930, para pouco mais que a metade de seu valor em 1928), que continuou em queda até menos de 40% em 1931, ficando nesses níveis baixos durante muitos anos: só em 1947 é que os preços voltaram aos

níveis de 1928. Essa situação agravou a crise de superprodução do café, cujos primeiros sinais apareceram no início do séc. XX.

Os governadores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para enfrentar essa crise, reuniram-se (fevereiro de 1906) no chamado Convênio de Taubaté, que definiu uma política para a valorização do produto: os governos estaduais comprometeram-se a comprar toda a produção e usar os estoques como instrumentos para impedir quedas e oscilações no preço do produto, além de proibir novos plantios.

O Convênio de Taubaté representou a primeira intervenção oficial em defesa do café. O governo federal, nos anos seguintes, também tomou iniciativas nesse sentido. Mais tarde, após a crise de superprodução mundial de 1957, os países produtores e os grandes consumidores criaram o Acordo Internacional do Café (1962), que estabeleceu quotas de exportação para os países-membros.

O “ciclo do café” teve repercussões econômicas e sociais importantes no Brasil.

A expansão da lavoura levou à ampliação das vias férreas, principalmente em São Paulo; os portos do Rio de Janeiro e de Santos foram modernizados para sua exportação; a necessidade de mão-de-obra trouxe imigrantes europeus, principalmente depois da Abolição dos escravos; o café foi o primeiro produto de exportação controlado principalmente por brasileiros, possibilitando o acúmulo de capitais no país.

Em decorrência, criou-se um mercado interno importante, principalmente no Centro-Sul, que foi o suporte para um desenvolvimento sem precedentes das atividades industriais, comerciais e financeiras.

O café consolidou a hegemonia política e econômica do Centro-Sul, transformando-a na região brasileira onde o desenvolvimento capitalista foi pioneiro e mais acentuado.

Os coronéis do café, por meio da chamada política do café-com-leite, passaram a dividir e alternar-se com os mineiros na condução dos destinos do país, devido a chegada da república. Porém, a crise de 29, com a quebra da bolsa veio a afetar profundamente a cafeicultura. O financiamento junto aos bancos estrangeiros foi interrompido. O preço do café despencou levando muitos fazendeiros à miséria e ao desespero. Milhares de sacas de café estocadas foram queimadas. O excedente da produção fez também com que milhões de pés

de café fossem erradicados, na tentativa de estancar a continuada queda de preços. Iniciou-se a maior crise da história no setor cafeeiro (SARAIVA; CERVO, 2005, p. 8).

Após o golpe de 1929, com a recuperação da economia mundial, o Sudeste do país voltou a crescer, agora apoiado na cafeicultura e na indústria, com expressão cada vez maior na economia local. Assim, o café brasileiro foi gradualmente retomando sua importante posição na pauta de exportações e o Brasil conseguiu manter-se como principal produtor de café do mundo e o segundo maior mercado consumidor.

Com o surgimento da cultura cafeeira, várias cidades expandiram em crescimento e desenvolvimento. Após o período de crise, houve dificuldade destas cidades se sustentarem, os municípios foram se estagnando, a população foi diminuindo, já que o café que movimentava a cidade era considerado um símbolo de riqueza para o Brasil perante o mundo, durante os anos de 1929 a 1931 teve uma queda brusca de 43% no seu valor após a crise de 29, já não obtendo o mesmo prestígio na economia, diminuindo assim o índice de jovens e por consequência ocasionando o envelhecimento populacional, diante disto ocorre a diminuição da população nestes municípios, segundo Souza (1998).

Segundo Silva (2010), durante o período compreendido entre 1930 e 1945 a relação entre Estado e economia sofreu alterações, principalmente entre Estado e agricultura, que correspondia ao setor produtivo mais importante no conjunto da economia brasileira, porque o setor agropecuário e as políticas agrícolas adotadas por ocasião do primeiro governo Vargas imprimiram influências na economia nacional e por elas foram influenciados também.

A agricultura cafeeira expandiu-se no Brasil, chegando ao Oeste Paulista: os esquemas de valorização introduzidos em 1906, a partir do Convênio de Taubaté, funcionaram com relativo sucesso até 1929. (SILVA, 2010, p. 80)

Quanto ao açúcar e ao algodão, tem-se a seguinte situação:

O mesmo ocorreu no caso do açúcar que, em função da baixa produtividade das usinas brasileiras, especialmente as do Nordeste – região que concentrava as usinas açucareiras – perdeu participação no mercado externo. A produção nacional, à época da Revolução de 1930, destinava-se, em grande parte, ao mercado interno. Caso semelhante é o da cultura de algodão que atendia ao mercado interno em crescimento, com participação reduzida no mercado mundial. (SILVA, 2010, p. 80)

Na escala econômica, a borracha ocupava o segundo lugar na cultura extrativa da região Norte, sendo que no ano de 1912, a borracha representou cerca de 40% das exportações brasileiras, quando passou a sofrer concorrência das terras asiáticas, perdendo o monopólio e tornando-se um produto marginal.

A borracha, embora pouco representativa em termos monetários, tinha sua extração basicamente voltada ao mercado externo. Durante todo o período, foram exportados no mínimo 54% da produção. Em algumas ocasiões, como foi o caso dos anos de 1933/1934, aquele percentual chegou a 90% (SILVA, 2010, p. 88).

Tabela 1: Relação exportação / produção (%) – produtos selecionados – Brasil 1925/1945

Ano	Algodão	Arroz	Borracha (1)	Cana*	Café**	Carne bovina*** (2)
1925	6,46	0,05	-	0,28	91,09	-
1926	4,25	0,96	-	1,37	85,96	-
1927	3,32	1,83	-	4,12	82,38	-
1928	2,92	0,07	-	2,45	49,85	-
1929	11,71	0,68	-	1,09	54,35	-
1930	9,56	4,20	-	5,32	56,13	-
1931	5,54	8,38	-	0,76	82,28	-
1932	0,20	2,32	71,70	3,02	46,63	-
1933	2,32	1,97	89,14	1,82	52,21	-
1934	13,34	2,81	92,12	1,49	51,36	-
1935	13,99	5,68	75,95	5,68	80,97	-
1936	17,09	4,15	75,35	5,42	53,97	08,79
1937	17,49	2,54	80,12	0,02	49,79	10,21
1938	18,46	3,76	71,77	0,55	73,13	08,87
1939	22,65	4,07	71,85	2,75	13,83	10,69
1940	14,35	3,11	64,73	3,33	72,13	19,34
1941	17,19	0,79	62,70	1,30	68,96	13,87
1942	12,25	4,39	54,56	2,36	52,63	15,95
1943	4,71	4,47	62,19	0,59	65,81	09,73
1944	6,12	7,10	71,19	3,11	118,44	08,15
1945	14,63	4,03	54,19	1,19	101,84	04,94

Fonte: Silva, 2010.

Na escala econômica, a borracha ocupava o segundo lugar na cultura extrativa da região Norte, sendo que no ano de 1912, a borracha representou cerca de 40% das exportações brasileiras, quando passou a sofrer concorrência das terras asiáticas, perdendo o monopólio e tornando-se um produto marginal.

Notas * A relação foi obtida considerando-se a quantidade de cana produzida e o fato de que uma tonelada de cana gerava em média 90 Kg de açúcar, dados dos Anuários Açucareiros do IAA apud SOARES (2000).

Dessa forma, na construção da tabela, considerou-se a quantidade de cana necessária para se produzir o montante de açúcar exportado em relação à quantidade de cana produzida no país. ** Exportações em sacas, para se obter em (t) multiplicou-se por 60Kg. *** Carne bovina em conserva e frigorífica.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, tendo em vista que se baseia na análise de produções científicas já existentes sobre os campos de Concentração na era Vargas e seus impactos na contenção do êxodo rural. Esse tipo de pesquisa é adequado quando se pretende reunir, sistematizar e interpretar contribuições teóricas e empíricas de diferentes autores acerca de um tema, possibilitando identificar consensos, divergências e lacunas de investigação.

A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que o estudo privilegia a interpretação crítica das informações disponíveis, buscando compreender o fenômeno social em sua complexidade e não apenas por meio de indicadores numéricos isolados.

As fontes dos dados foram pesquisas publicadas em bases de dados científicos, como a SciELO e o Google Acadêmico, além de repositórios institucionais de universidades brasileiras.

O levantamento concentrou-se em obras que tratam diretamente da temática dos campos de concentração, suas origens, impactos e perspectivas, bem como sua relação com políticas de gestão e Governança Pública.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo qualitativo, fundamentado em uma revisão bibliográfica organizada. Foram consultados artigos de âmbito nacional e internacional, publicados no intervalo de 2000 a 2024, que discutem o tema “A Era Vargas e os Campos de Concentração no Ceará”,

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

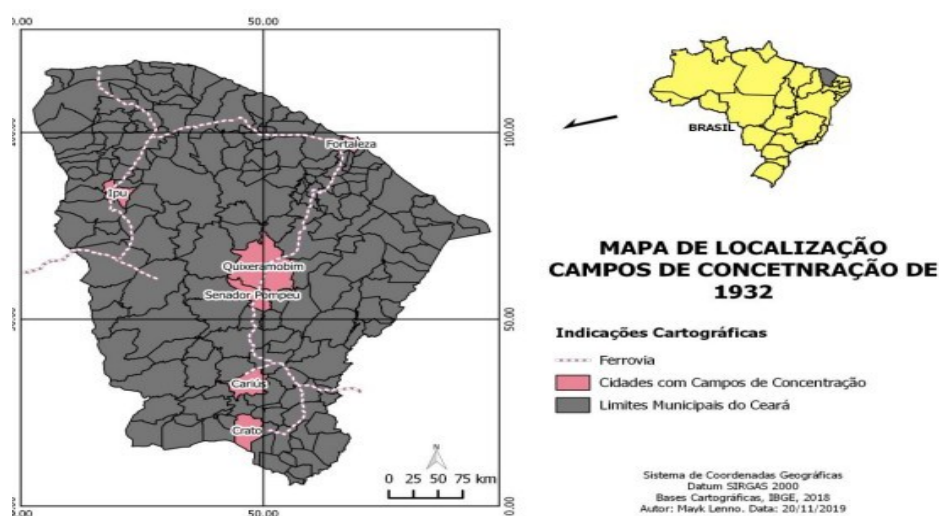
Fortaleza, Crato, Ipú, Quixeramobim, Cariús e Senador Pompeu. Nesses seis municípios do Ceará, há noventa e dois anos, durante a grande seca de 1932, foram construídos sete campos de concentração com o propósito de conter os retirantes do interior do estado que tentavam chegar à capital.

Na época chamados de “Campos de retirantes”, os campos foram construídos em pontos estratégicos, às margens das linhas férreas, para impedir com mais facilidade o embarque dos retirantes que, em desespero, invadiam os trens para buscar socorro em Fortaleza.

Atraídos por propostas de emprego e por promessas de amparo, assistência médica e alimentação, os flagelados eram, na verdade, mantidos em locais insalubres, tendo que se alimentar com rações enviadas pelo governo, plantas silvestres e até com a carne de animais que morriam de fome e sede nos campos.

Na realidade, as pessoas confinadas eram reféns de uma política higienista que teve início em períodos anteriores de estiagem severa.

Mapa 1 - Os campos de Concentração do Ceará em 1932. Fonte: Elaborado pelo Autor.



Mapa 1 - Os campos de Concentração do Ceará em 1932.

Na segunda metade do século XIX, Fortaleza engrenou um processo de desenvolvimento econômico e urbano que perdeu força e se desestruturou com a chegada da seca de 1877, que durou até 1879 e levou mais de 100 mil retirantes de todo o estado a migrarem para a capital, que na época tinha uma população bem menor, de 30 mil habitantes. As autoridades, então, passaram a buscar meios para conter a chegada dessas pessoas ao centro da cidade de Fortaleza.

Trinta e seis anos depois, durante a estiagem de 1915, o governo não havia criado políticas de convivência com a seca, mas, com o apoio da elite fortalezense, aprimorou as suas estratégias para conter o fluxo de retirantes que rumavam para a capital.

Lá, foram criados os primeiros campos de concentração para evitar que pessoas “potenciais portadoras de doenças” ou saqueadoras de mercados, consideradas uma séria ameaça à tranquilidade pública, ocupassem a cidade.

oral no Distrito. *O Povo*
Jornal de 20/06/1932 20-6-32 p.1

O EFETIVO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DOS FLAGELADOS

Pelos ultimos dados recebidos oficialmente, o efetivo de flagelados nos diversos campos de concentração deste Estado conta-se da seguinte maneira :

Ipú	<i>Jornal o Povo de</i>	6 507
Fortaleza	<i>20 de junho de 1932</i>	1 800
Quixeramobim		4 542
Senador Pompeu		16 221
Cariús		28 648
⇒ Burití		16 200
Total		73 918

Figura 2 – Quantitativo dos Campos em 1932.

Em 20 de junho de 1932, um jornal de grande circulação no estado destacava com informações oficiais o “Efetivo dos Campos de Concentração”:

Em Fortaleza, nos campos do Alagadiço e do Urubu, havia 1.800 pessoas. No município de Quixeramobim, 4.542.

Em Senador Pompeu, no campo do Patu, 16.221 (na época, o número de concentrados chegou a ultrapassar o número de habitantes da cidade). No campo de Buriti, no Crato, havia 16.200 pessoas. Cariús, com o maior número, concentrava 28.648. Em todo o estado, o total de pessoas mantidas nos campos de concentração naquele ano era de 73.918.

No sítio do Patu, em Senador Pompeu para conter os retirantes, foram utilizados o casarão dos inspetores da obra, duas casas de pólvora, um armazém, a estrutura de um hospital desativado, uma usina, um cemitério e uma estação de trem.

Hoje, o açude do Patu tem como principal finalidade o abastecimento de água da cidade.

Segundo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), o projeto de construção do açude é do ano de 1919 e as primeiras escavações foram feitas em 1921. Porém, as obras foram paralisadas em 1923, sendo retomadas depois de 61 anos e, finalmente, concluídas em 1987.

VALDECY ALVES – UM RESGATE DE FATOS HISTÓRICOS OCORRIDOS NO PERÍODO DE GETULIO VARGAS.

Valdecy Alves é um pesquisador brasileiro cuja atuação foi fundamental para a compreensão dos campos de concentração no Ceará durante a Era Vargas, um período que se estendeu de 1930 a 1945 e foi caracterizado por um regime autoritário no Brasil. Suas contribuições são significativas, pois revelaram aspectos cruciais da repressão política exercida pelo governo federal na região nordestina.

Alves se destacou pela realização de um trabalho minucioso de documentação e pesquisa histórica, desenterrando a existência de campos de concentração no Ceará, que até então eram pouco conhecidos e amplamente negligenciados. Por meio da análise de arquivos históricos, depoimentos de vítimas e registros oficiais, ele conseguiu lançar luz sobre a extensão e a natureza da repressão política ocorrida na região durante o regime de Getúlio Vargas.

O pesquisador também se empenhou em contextualizar a criação e o funcionamento desses campos dentro do quadro político da Era Vargas. Ele explicou

como o governo utilizou esses campos como uma ferramenta de repressão contra opositores políticos, principalmente aqueles engajados em movimentos revolucionários e sindicais. Essa análise ajudou a compreender o papel desses campos como instrumentos de controle e intimidação.

Outro aspecto relevante do trabalho de Alves é a análise do impacto desses campos sobre a população local. Ele descreveu as condições precárias enfrentadas pelos prisioneiros, incluindo práticas de tortura e abusos sistemáticos, bem como as repercussões para as famílias dos detidos. Suas pesquisas proporcionaram uma visão detalhada das severas consequências enfrentadas pelos indivíduos e comunidades afetados pela repressão.

Além disso, Valdecy Alves desempenhou um papel crucial na sensibilização sobre essas práticas repressivas, contribuindo para o reconhecimento e a justiça histórica. Suas publicações e estudos ajudaram a destacar as violações de direitos humanos cometidas durante o período, promovendo um maior entendimento e reconhecimento dos eventos sombrios da Era Vargas.

Os trabalhos de Alves, incluindo artigos e livros, são amplamente citados e têm servido como base para outros acadêmicos e historiadores interessados na repressão política do Brasil. Sua pesquisa não apenas preencheu lacunas importantes na história, mas também ajudou a preservar a memória dos horrores enfrentados por muitos durante esse período sombrio da história brasileira.

Valdecy Alves publicou diversas obras e artigos sobre a repressão política durante a Era Vargas e os campos de concentração no Ceará. Entre suas publicações mais notáveis estão: "Campos de Concentração no Ceará: Repressão Política e Violação de Direitos Humanos" - Esta obra é um dos principais estudos de Alves sobre o tema e detalha as condições e o impacto dos campos de concentração na região.

"A Era Vargas e a Repressão Política no Nordeste: O Caso dos Campos de Concentração" - Outro trabalho importante que contextualiza a repressão política dentro da Era Vargas, com foco específico no Nordeste do Brasil.

"Repressão e Resistência: A Política de Concentração no Ceará durante o Estado Novo" - Este livro oferece uma análise crítica das práticas repressivas do governo Vargas e a resistência local.

Essas publicações são reconhecidas por sua profundidade de pesquisa e pelo impacto que tiveram na compreensão da repressão política no Brasil durante o período mencionado.

A Tabela 1 organiza as informações sobre as obras de Valdecy Alves, incluindo o autor, título da obra, objetivo e principais ideias:

tabela 1 – Bibliografia de Valdecy Alves sobre campos de concentração

<i>Autor</i>	<i>Obra</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Principais Ideias</i>
<i>Valdecy Alves</i>	Campos de Concentração no Ceará: Repressão Política e Violação de Direitos Humanos	Documentar e analisar as condições e o impacto dos campos de concentração no Ceará durante a Era Vargas.	- Descrição detalhada das condições dos campos de concentração. - Impacto sobre a população local. - Violação dos direitos humanos.
<i>Valdecy Alves</i>	A Era Vargas e a Repressão Política no Nordeste: O Caso dos Campos de Concentração	Contextualizar a repressão política na Era Vargas, com foco nos campos de concentração no Nordeste.	- Contexto político da Era Vargas. - Utilização dos campos de concentração como ferramenta de repressão. - Análise da repressão no Nordeste.
<i>Valdecy Alves</i>	Repressão e Resistência: A Política de Concentração no Ceará durante o Estado Novo	Analisar a política de concentração e a resistência local durante o Estado Novo.	- Política de concentração e controle político. - Resistência local contra a repressão. - Consequências sociais e políticas da repressão.

Fonte: Elaboração do autor, 2024

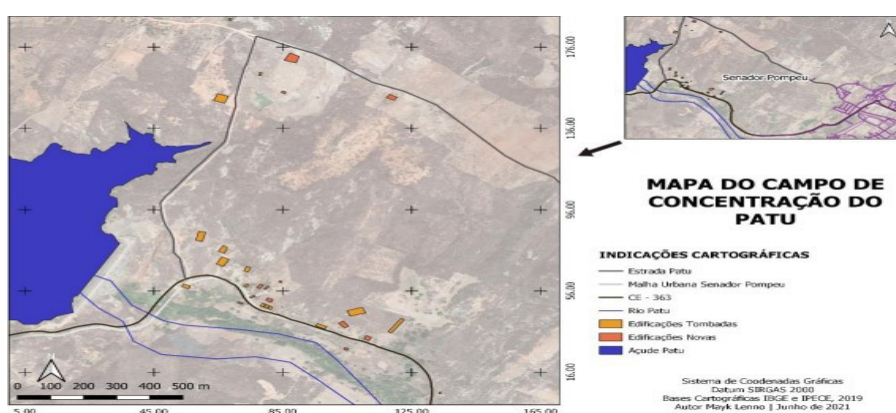
Tabela 2 – Levantamento bibliográfico – campos de concentração no Ceará

Autor	Obra	Objetivo	Principais Ideias
Kênia Sousa Rios	<i>Currais do Governo: Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932)</i>	Investigar a criação e o funcionamento dos campos de concentração no Ceará durante as secas de 1915 e 1932.	Análise das políticas públicas que levaram à criação dos campos; o impacto das secas na população; a utilização dos campos como estratégia de controle social.
Frederico de Castro Neves	<i>Os Campos de Concentração na Seca de 1932: Fortaleza e Senador Pompeu</i>	Explorar em detalhes os campos de concentração de Fortaleza e Senador Pompeu durante a seca de 1932.	Descrição das condições de vida nos campos; análise do contexto histórico e das respostas governamentais à crise; impactos sociais e humanitários nas comunidades afetadas.
José Carlos Rios	<i>Memórias da Seca: Os Campos de Concentração no Ceará</i>	Registrar as memórias dos sobreviventes dos campos de concentração no Ceará.	Relatos pessoais e memória coletiva; descrição das dificuldades enfrentadas pelos retirantes; o papel dos campos na tentativa de controle da migração forçada.
Frederico de Castro Neves	<i>Guerra aos Retirantes: Campos de Concentração no Ceará (1932-1933)</i>	Analisar a implementação dos campos como medida para conter o êxodo dos retirantes durante a seca de 1932.	Contextualização política e social; estratégias do governo Vargas para lidar com a seca; impactos dos campos na vida dos retirantes e nas dinâmicas urbanas das cidades afetadas.
Rachel de Queiroz	<i>O Quinze</i>	Retratar, de forma ficcional, os efeitos devastadores da seca de 1915 no Ceará.	Descrição das dificuldades enfrentadas por famílias sertanejas; a relação entre homem e natureza; as consequências sociais e econômicas da seca para os sertanejos.
David J. Lynch	<i>Brazil's Neglected Voices: The Aftermath of the Northeast Drought in 1932</i>	Examinar as consequências da seca de 1932 e a negligência das vozes nordestinas.	Análise do impacto da seca no Nordeste; críticas à resposta governamental; comparação com outras crises humanitárias globais.
Amartya Sen	<i>Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation</i>	Explorar as causas das fomes, destacando a importância das políticas públicas e da distribuição de recursos.	Teoria do “entitlement” como explicação para a fome; análise de casos globais de fome, incluindo o Nordeste brasileiro; importância das políticas públicas na mitigação de crises.

Fonte: Elaboração do autor, 2024

A tabela anterior resume as principais informações de outros autores, facilitando a compreensão dos objetivos e das ideias centrais de cada publicação. traz um levantamento parcial de obras referentes aos campos de concentração no Ceará.

Mapa 2 - Campo de Concentração do Patu. Fonte: Elaborado pelo Autor.



Mapa 2- Campo de Concentração do Patu

O município de Senador Pompeu, localizado a cerca de 266 quilômetros de Fortaleza, é o único que ainda conserva parte da estrutura usada para isolar os emigrantes durante o período de estiagem de 1932. Diferente dos campos de concentração dos outros municípios, que construíam apenas barracões cobertos com folhas de carnaúba, lá, em Senador Pompeu, foram utilizados os antigos casarões construídos na década de 1920 pela companhia inglesa de engenharia Norton Griffiths & Company – encarregada da construção do açude do Patu, na zona rural da localidade.

5 CONSIDERAÇÕES

O texto fornecido detalha um período de profundas transformações e crises na história do Brasil, fortemente influenciado por eventos globais e respostas internas que moldaram a economia, a política e a sociedade. A queda do liberalismo econômico após a crise de 1929, simbolizada pelo crack da Bolsa de Nova Iorque, revelou a vulnerabilidade da economia brasileira, então majoritariamente monoexportadora e dependente do café.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 marcou uma guinada significativa para o Brasil, com o abandono do modelo primário-exportador em favor de uma estratégia de industrialização e desenvolvimento do mercado interno. A intervenção estatal se tornou central, exemplificada pela controversa queima de milhões de sacas de café para estabilizar o preço e pela suspensão da dívida externa, medidas que visavam realocar recursos para setores essenciais e impulsionar a indústria nacional.

A Era Vargas foi caracterizada por uma forte centralização do poder, com a dissolução do Congresso e a substituição de governadores por interventores federais, além do uso intensivo de propaganda para solidificar a imagem do presidente e a ideologia do Estado Novo. Instituições como o BNDES, fundado no segundo mandato de Vargas, desempenharam um papel crucial no financiamento de projetos de longo prazo em infraestrutura e indústria, solidificando o novo padrão de acumulação de capital.

Paralelamente a essa reestruturação econômica e política, o texto revela uma realidade social sombria no Nordeste brasileiro: a criação dos "campos de concentração" no Ceará durante as grandes secas, como as de 1915 e 1932. Embora não fossem campos de extermínio como os nazistas, esses locais funcionavam como prisões para os "retirantes" do sertão, impedindo-os de chegar às cidades costeiras como Fortaleza, que buscava manter uma imagem de modernidade e ordem.

As condições eram desumanas, com superlotação, fome, doenças, trabalhos forçados e repressão. A criação desses campos foi justificada por argumentos higienistas e eugenistas, que visavam segregar os "menos aptos" e manter a "higiene" social e racial. A escassez de bibliografia sobre esses campos reflete a natureza secreta das práticas repressivas da época e a subestimação de sua importância histórica, embora trabalhos como os dos escritores Valdecy Alves e Rachel de Queiroz em "O Quinze" tenham sido fundamentais para resgatar essa memória.

No campo acadêmico, recomenda-se que futuros estudos aprofundem a análise dos impactos dos campos de concentração e a redução populacional nos municípios em que foram instalados, e o contraste de entre as políticas públicas de gestão e governança no governo Vargas efetivadas entre a região Nordeste do país e

nas demais regiões (Sul, Sudeste e Centro-oeste), e os efeitos de longo prazo destas políticas de controle populacional.

Aliás, novas pesquisas poderiam explorar comparações entre as políticas para combater as desigualdades regionais existentes entre a região Nordeste e Sudeste; contribuindo para o aprimoramento teórico e prático das políticas sociais no Brasil.

Em síntese, o período analisado é um testemunho da complexa interação entre forças globais e locais. A resposta do Brasil à crise de 1929 impulsionou um modelo econômico mais nacionalizado e industrializado sob Vargas, enquanto, em um nível regional, as secas no Ceará expuseram as vulnerabilidades sociais e a implementação de políticas repressivas e desumanas, baseadas em ideologias discriminatórias.

REFERÊNCIAS

ALFARO, Filipe Garcia Gonçalves de; ALMEIDA, Braulio Paiva Novaes de; LIMA, Bárbara Garcia. **Programa Bolsa Família: Origens, Legado e Reflexos no Combate à Fome e Pobreza no Brasil**. Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976, v. 15, n. 2, p. 94-114, 2025. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/>. Acesso em: 04 set. 2025.

ALVES, Valdecy. Campos de concentração no Ceará: repressão política e violação de direitos humanos. Fortaleza: Editora Ceará, 2010.

ALVES, Valdecy. A era Vargas e a repressão política no Nordeste: o caso dos campos de concentração. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ALVES, Valdecy. Repressão e resistência: a política de concentração no Ceará durante o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2015.

ALVES, Valdecy. Campos de concentração no Ceará e os campos de concentração nazistas... o que tais campos têm em comum? Disponível em: <https://valdecyvalves.blogspot.com/2017/09/campos-de-concentracao-no-ceara-e-os.html>. Acesso em: 8 set. 2024.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. *Educar*, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sNH6RP4vvMk6wtPSZztNDyt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2024.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; BERCOVICI, Gilberto; SHECAIRA, Sergio Salomão. Lembrar o Holocausto serve de aviso às futuras gerações. *Fenapef*, 2011. Disponível em: <http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/41340>. Acesso em: 8 set. 2024.

CASANOVA, Pablo González. O imperialismo, hoje. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 set. 2024.

CASTRO, Lara de. As retiradas para os campos de açudagem na seca do Quinze. *Historiar*, ano 2, n. 1, p. 97-122, 2010. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/20/15>. Acesso em: 8 set. 2024.

CUNHA, Tuylla Rayane Tavares da. *De flagelados da seca a soldados da borracha: sertanejos potiguaros nos sertões amazônicos (1942-1946)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – UFRN. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/45748/1/Flageladossecasoldados_Cunha_2021.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

DIVERSITAS. Crianças ciganas vítimas de experiências médicas em Auschwitz. 2013. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/node/145>. Acesso em: 8 set. 2024.

ENCICLOPÉDIA do Holocausto. As experiências médicas nazistas. 2011. Disponível em: <http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005168>. Acesso em: 3 set. 2024.

FEB – Força Expedicionária Brasileira. 2012. Disponível em: <http://www.anvfeb.com.br/>. Acesso em: 5 set. 2024.

FERNANDES, Marcelo Pereira. O fim do regime de Bretton Woods como reação do império norte-americano. 2005. Disponível em: <http://www.revistadialetica.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/Revista-Impressa.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 155-177, jun. 2010.

GARSCHAGEN, Bruno. Adolf Hitler pop, ou como uma infâmia do passado vira “piada” no presente. 2011. Disponível em: http://www.brunogarschagen.com/2011_05_01_archive.html. Acesso em: 10 set. 2024.

GASPAR, Ricardo Carlos. O avanço da internacionalização no capitalismo contemporâneo: um ensaio de interpretação crítica da globalização. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 55-87, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 4. ed. Campinas: Alínea, 2012.

HOLOCAUSTO. Documentação e história. 2013. Disponível em: <http://holocausto-doc.blogspot.pt/2013/07/fotos-do-holocausto-valas-comuns-e-corpos-cadaveres-parte-2.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

KINOSHITA, Fernando; FERNANDES, Joel Aló. O direito ao desenvolvimento como um direito humano e prerrogativa dos Estados nas relações internacionais do século XXI. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, n. 50, 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5912. Acesso em: 7 set. 2024.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LERNER, Kátia. Entrevistando sobreviventes do Holocausto: reflexões sobre a construção de um arquivo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 75-91, jul.-dez. 2006.

LERNER, Kátia. *Holocausto, memória e identidade social: a experiência da Fundação Shoah*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. p. 383.

LYNCH, David J. *Vozes negligenciadas do Brasil: as consequências da seca do Nordeste em 1932*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2005. p. 150.

MATHIS, Andrew E. Holocausto, negação de. In: KNIGHT, Peter (org.). *Teorias da conspiração na história americana: uma enciclopédia*. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2003. p. 321-324.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (Org.). *Eugenia e história*. São Paulo: USP; UFABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013. (Coleção Medicina, Saúde & História, v. IV). Disponível em: https://fm.usp.br/museu/conteudo/museu_129_volume_4.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.

NEVES, Frederico de Castro. Os campos de concentração na seca de 1932: Fortaleza e Senador Pompeu. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 224.

PEREIRA, João Batista. Da similitude: uma cartografia do espaço em *Os Sertões*. *Entrelaces*, ano V, n. 6, jul./dez. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23397/1/2015_art_jbpereira.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

QUEIROZ, Diana. Top 16: Filmes sobre o Holocausto. 29 jan. 2013. Disponível em: <http://cameralenta.com/2013/01/29/top-15-filmes-sobre-o-holocausto>. Acesso em: 14 set. 2024.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1930. p. 200.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 51. ed. São Paulo: Record, 1983.

REBOUÇAS, Fernando. Gueto de Varsóvia. 2010. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/gueto-de-varsovia/>. Acesso em: 8 set. 2024.

RIOS, José Carlos. *Memórias da seca: os campos de concentração no Ceará*. Fortaleza: Editora Expressão, 2011. p. 312.

RIOS, Kênia Sousa. Currais do governo: campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). Fortaleza: Edições UFC, 2007. 360 p. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10380/1/2014_liv_ksrios.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

SEN, Amartya. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981. p. 257 .

SMITH, Adam. A riqueza das nações. 1 ed. São Paulo: Edipro, 2022.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHERNEY, Leo; SCHWARTZ, R. (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac &Naify, 2001.

SOARES, Leonardo Francisco. *Leituras da outra Europa: guerras e memórias na literatura e no cinema da Europa Centro-Oriental*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 264

TREM DA VIDA. 2011. Disponível em: <http://www.filmesdecinema.com.br/filme-trem-da-vida-4908/>. Acesso em: 15 set. 2024.